



Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira.

Mériti de Souza.

Psicóloga; Doutora em Psicologia pela Puc-S.P.; Professora da Unesp -
Universidade Estadual Paulista - S.P. - Brasil. E-mail meritidesouza@yahoo.com

Introdução

Considerar a trama histórica corporificada nas redes econômicas, sociais e políticas, como associada à produção subjetiva, significa entender que o psiquismo é localizado e significado pelo outro - o outro que nos habita e o outro da cultura-, que se torna parte integrante da constituição humana. Nessa medida, a subjetividade é compreendida como atravessada pelo *pathos* e pelo *logos* e articulada ao singular e ao coletivo. Ainda, essa concepção demanda o trabalho com o excluído, seja da representação identitária do homem moderno como identidade individualizada exclusivamente racional, seja da produção do conhecimento como ancorada exclusivamente na razão.

O sujeito é marcado pela sua historicidade, pela história presente nas suas experiências imediatas e pela história inserida na tradição da sua cultura. Nessa perspectiva,

a constituição do sujeito é ancorada em narrativas, aquelas construídas por ele sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca e aquelas a ele legadas pela tradição cultural de que faz parte. Assim, a memória e a representação identitária construídas pelo sujeito acompanham essas narrativas, de modo a ir constituindo a sua organização subjetiva, através da qual ele se reconhece e reconhece o outro (Giddens, 2002; Birman, 1997, 1999; Le Goff, 1996).

Considerando que o Brasil está inscrito na tradição das civilizações ocidentais modernas, a pergunta é sobre como se configura a produção subjetiva marcada pelo caldo cultural produzido pela modernidade. No plano social e político, o projeto da modernidade tem como fundamento a separação dos espaços público e privado, a adoção do contrato social, dos princípios da igualdade e da liberdade e do ideário liberal. No plano psíquico a modernidade produz a subjetividade como constituída pela identidade individualizada.

O liberalismo constitui-se em um amplo movimento que se expressa em inúmeras frentes, sejam elas culturais, filosóficas ou políticas. O princípio da conservação dos direitos naturais do homem e o da liberdade marcam o liberalismo, ou seja, a defesa da tese dos direitos individuais baseada na liberdade inerente à natureza humana. Considerando o desenvolvimento do liberalismo e a sua implantação, verificamos que esses princípios se alteram e se desdobram em uma doutrina, um programa, uma teoria e uma prática, gerando o liberalismo político (a democracia liberal), o econômico, o religioso e o dos costumes. Nesse contexto, produz-se a concepção dos homens como indivíduos, ou seja, como células únicas, separadas do social (Dumont, 1985; Burdeau, s/d).

No plano psíquico, a representação do sujeito moderno produz a identidade individualizada, ou seja, a subjetividade representada como individual e separada do social, que leva as pessoas a se representarem como constituídas por uma subjetividade única, imutável, indivisível e marcada por um rol de características definidoras. A identidade é um dos sustentáculos da ordem moderna e essa representação opera como um modelo identificatório produtor de subjetividades marcadas pela crença de que a sua organização psíquica se restringe a uma essência, a uma formação definida *a priori* e desconectada do contexto social e histórico (Lasch, 1987; Giddens, 2002).

A psicanálise vem questionar esse império racionalista e fala sobre a constituição da subjetividade como cindida, já que o humano é marcado tanto pela razão quanto pela paixão. Assim, o plano psíquico é constituído pelo jogo de forças entre os conteúdos que permanecem acessíveis à consciência e ao discurso e pelos conteúdos que são excluídos dessas instâncias. É necessário salientar que o excluído não “desaparece” da organização psíquica, nem é alocado em alguma instância onde permaneça “congelado” ou à espera de ser desvelado. O excluído continua operando e sustenta a configuração da consciência.

O conceito freudiano de estranho pode ajudar a pensar essa questão, pois uma das descobertas de Freud (1973a,1973c,1973d,1973e) foi explicitar ao homem que o mais íntimo do seu psiquismo convive com algo que lhe soa como estranho, revelando a subjetividade como cindida. No texto *O Estranho* (1973b), Freud afirma que, quanto mais o sujeito vivencia determinadas sensações e situações como estranhas, no sentido de afastadas e recusadas pela constituição psíquica consciente, mais familiares elas podem se revelar. Para o autor, subjetividade humana ancora-se no desejo de totalidade, de eternidade e na busca de fundamento; porém, quando se depara com a impossibilidade de manter essas premissas, ele prefere o simulacro, recusa a diferença e busca a sua felicidade no que acredita ser o idêntico e o mesmo.

A discussão sobre o estranho é sistematicamente realizada por Freud no desenrolar da sua obra. O autor comenta que o excluído, apesar de apartado da consciência, permanece atuando no plano psíquico e funciona como contraponto à constituição da ficção que denominamos identidade. Assim, a narrativa que o sujeito elabora sobre si – a representação do eu – e sobre o meio circundante, se organiza e se sustenta através do jogo de forças mantido com as representações excluídas, ou seja, o próprio processo de elaboração da identidade implica o expurgo do diferente. O diferente reporta-se ao outro externo, seja este uma outra pessoa ou uma outra cultura, e ao outro interno, o excluído das nossas experiências e representações e necessário à constituição da representação identitária.

Essa perspectiva abre possibilidades para analisarmos a dificuldade encontrada pela maioria das pessoas no tocante ao contato com o novo e à produção do conhecimento, pois esse contato demanda a suportabilidade da pessoa, já que ele pode ameaçar a sua

estabilidade identitária. O medo do novo vivenciado como estranho, diferente, pode relacionar-se com o medo da perda da representação identitária, visto que o conteúdo considerado novo ou diferente pode estar relacionado a conteúdos anteriormente vivenciados pela pessoa que lhe causaram angústia e foram excluídos do circuito da memória. Assim, o negado, criticado, discriminado e desqualificado no outro pode dizer respeito a elementos que compõem a representação identitária e encontram-se operando, porém, excluídos da consciência. Seguindo-se esse raciocínio, conhecer os conteúdos excluídos das representações identitárias e das narrativas que as sustentam, oferece uma outra possibilidade à compreensão da dinâmica que constrói e mantém essas configurações (LeGoff, 1996).

Nessa perspectiva, cabe perguntar: nas narrativas elaboradas sobre o país Brasil, e sobre os brasileiros, qual o expurgado? O denominado mito de origem ou discurso fundador assume quais sentidos nessas narrativas? A denominada história oficial sustenta quais representações e narrativas no cenário nacional? Nas representações identitárias construídas pelos brasileiros qual o excluído que sustenta essas concepções?

Discurso Fundador, Mitos e História Oficial.

A história e a memória brasileira estão impregnadas pelos valores associados aos ideários das suas elites políticas, econômicas e culturais. A atribuição de sentidos à realidade é articulada a partir da escrita, das narrativas e da historiografia, dentre outros. Assim, localizamos a presença de mitos e narrativas que funcionam como explicações à organização cultural nacional, ao oferecerem sentidos a trajetória social, econômica e política brasileira. Dentre esses sentidos, alcança proeminência a tendência para transições pacíficas e a cordialidade, apontadas pela chamada história oficial¹ como constitutivas da identidade nacional. Ainda, localizamos a presença de grandes heróis que teriam construído a nossa história com suas ações e feitos memoráveis. Em outras palavras, por um lado, de forma predominante, as cenas e os personagens que encarnam os mitos fundadores são representados como pacíficos e avessos àquelas ações que possam implicar mudanças na

¹ Em linhas gerais, denominamos de história oficial as análises e as representações sobre a trajetória social, econômica e política brasileira, nas quais prevalece um sentido único e linear a essa trajetória, marcado pela adoção de interpretações produzidas por uma única parcela da população, no caso, aquela que detém o poder econômico e cultural.

estrutura social vigente. Por outro, movimentos sociais que explicitam tentativas de rompimento com o *status quo*, geralmente são omitidos, interpretados como casos isolados e de diminuta expressividade ou ainda como meros atos de vandalismo.

A historiografia oficial diz respeito a uma determinada leitura sobre as práticas sociais estabelecidas no país, entretanto, ela foi construída amparada por um referencial teórico e metodológico comprometido com a manutenção do *status quo* e com a interpretação factual e determinista do contexto sócio-histórico. Assim, utilizar esse referencial analítico para analisar os modos de subjetivação postos a funcionar no país significa adotar o pressuposto da cena fundante presente nas narrativas oficiais como referencial analítico. Essa postura implica em dois problemas, ou seja, primeiro assumir o pressuposto de uma “origem” capaz de explicar a organização social, econômica e política do país e o processo de subjetivação dos brasileiros; segundo, a versão da história oficial sobre o fazer-se do país.

Em outras palavras, análises sobre a constituição das subjetividades em um país demandam a utilização da história construída sobre esse país, bem como, demandam o entendimento do originário como reportado às representações elaboradas sobre o seu descobrimento e a sua colonização, desde que possamos relevar a vinculação dessas narrativas a denominada história oficial e analisar o lugar e os sentidos por elas encarnados no processo de manutenção do *status quo* e de constituição das subjetividades. Assim, por um lado, consideramos viáveis análises sobre os modos de subjetivação, presentes no Brasil orientadas pelo pressuposto da cena fundante e do mito, pois, as representações produzidas pelos brasileiros sobre a origem do Brasil, associam-se aquelas elaboradas sobre sua própria origem, desempenhando importante papel na constituição da sua subjetividade. Entretanto, por outro lado, essa abordagem ao entender o passado como uma reconstrução *a posteriori*, elaborada com o objetivo de responder ao irrespondível -a origem-, aposta no entendimento da cena originária como mítica. Nesse caso, ocorre a cristalização da representação da cena fundante nacional, com o estabelecimento de um sentido único a esse fato.

Narrativas presentes na história nacional referem-se, em grande medida, a personagens denominados “grandes heróis”, e movimentos que fizeram a história do país.

Geralmente esses personagens são caracterizados como dotados de autonomia, capacidade de ação e vinculados a movimentos considerados fundamentais no cenário nacional. Entretanto, a história oficial desqualifica e recalca várias ações sociais e personagens associados a contestação do *status quo*. Podemos exemplificar com a escravidão, geralmente estudada em pesquisas que analisam as ações do governo na tentativa de desbaratar os quilombos ou mesmo em análises sobre o movimento abolicionista, excluindo as rebeliões negras. Nessa perspectiva, a maioria das interpretações efetuadas sobre as figuras dos líderes ou dos heróis, em nosso país, interpreta Zumbi dos Palmares, líder quilombola, como transgressor ou alucinado.²

Assim, o quilombo dos Palmares, o mais célebre agrupamento de negros fugidos da escravidão, teve como um dos seus líderes Zumbi. Sabemos que esse refúgio se localizava no interior de Alagoas, no século XVII, sendo fustigado, até ser destruído, por inúmeras expedições sendo, a mais conhecida, a comandada por Domingos Jorge Velho. Acerca dessas expedições e dos seus líderes, temos inúmeros relatos, entretanto, sabemos muito pouco sobre o cotidiano dos quilombos, seu funcionamento, localização e suas lideranças. Por um lado, podemos atribuir o escasso conhecimento acerca desse episódio, a falta de documentação, porém, por outro lado, podemos atribuir o “esquecimento” sobre ele, traduzido como um não conhecimento, produzido pela leitura elitista que conduz a historiografia oficial³.

Necessário comentar, ainda, que as revoltas populares (da revolta da vacina até os saques e quebra-quebras) foram excluídas e banidas do imaginário nacional. Os movimentos conflituosos destacados, como por exemplo, a Guerra do Paraguai, cujo herói nacional é Duque de Caxias, são representados como envolvendo membros da elite que, demonstrando bravura ou coragem lutaram para manter a ordem estabelecida e não para mudá-la. Esses heróis lutaram pela lei, nunca ao arrepio da lei e, marcadamente, a violência

² Denominamos heróis oficiais àqueles referendados pela maioria dos livros didáticos e da historiografia, cuja imagem e feitos conformam-se a manutenção do *status quo*, mesmo que essa imagem tenha sido construída, não correspondendo a outras versões. Nessa abordagem podemos citar: Duque de Caxias; Dom Pedro I, Marechal Hermes da Fonseca, Floriano Peixoto, dentre outros.

³ Podemos acompanhar esse e outros processos de “esquecimento” ou de “adaptação” de episódios envolvendo pessoas pertencentes a camadas desprivilegiadas econômica e social, em várias publicações. Ver por exemplo, Revista da Usp - Dossiê Canudos. São Paulo, dez./jan./fev./, 1993,1994; Revista da Usp- Dossiê 100 anos de República. São Paulo, set./out./nov./, 1989.

empregada em suas ações se dissolve na imagem da coragem. Entretanto, aqueles personagens que lutaram para mudar o *status quo*, são representados como adeptos da violência e considerados, no mínimo, agressivos e desequilibrados. Nesse contexto, podemos supor que a representação construída sobre os brasileiros, pelas narrativas presentes na história nacional, idealiza as características da passividade e da não agressão. Avaliamos que esses aspectos se configuram no mito da cordialidade nacional e, condizem com a imagem propagada sobre o brasileiro.

Em pesquisa realizada sobre a implantação do projeto da modernidade no Brasil, avaliamos que, particularmente o valor da igualdade sofre adaptações no cenário nacional, para comportar a sua inscrição no texto constitucional em plena vigência do regime escravocrata. Assim, dentre as estratégias adotadas pelas elites econômicas e intelectuais do século passado, no Brasil, para lidarem com a paradoxal situação social produzida por um país dotado de uma Constituição liberal e de uma realidade escravocrata, estava a negação da igualdade entre brancos e negros. Essa negação explicitava-se através da produção de exceções nos códigos legais, principalmente no código criminal, que criavam “particularismos” nas leis, tratando o negro de forma diferenciada em relação ao branco. Essa estratégia demandava racionalizações e malabarismos intelectuais para contornar a aplicação dos pressupostos modernos da igualdade, no caso, a aplicação da normatividade prescrita pelas leis formais (Souza, 1999).

A transformação da pessoa do escravo em objeto, e a conseqüente exclusão da sua condição humana, constituíram-se na saída encontrada pelas elites nacionais para justificar a diferença no tratamento que lhe era oferecido pela Constituição. Através dessa estratégia, o ideal das nossas elites mantinha-se na medida em que a lei era aplicada, e não lhes cabia “culpa” se existiam seres humanos diferentes entre si. Vemos aqui o princípio da igualdade esbarrar na realidade econômica, no negócio fácil e lucrativo da escravidão. Porém, a representação da igualdade mantinha-se, pois eram iguais os que tinham condições naturais para sê-lo. A solução de compromisso elaborada nesse contexto manteve a realidade dissociada, ou seja, escravocrata na prática e liberal na Constituição.

Como vemos, a justificativa para a exceção é a regra e, para a tentativa de constituição de uma realidade dissociada da vida social e jurídica, é a de que a lei só pode

ser partilhada entre iguais. O escravo, o pobre, a mulher, a criança foram considerados tão diferentes que se tornou necessária a justificação de sua posição na sociedade e sua diferenciação face à lei. Esse foi o discurso construído, com o intuito de justificar a implantação de um projeto orientado pelo ideal da modernidade, porém baseado de fato em práticas patrimonialistas ⁴.

A partir dessa pesquisa, avaliamos que as narrativas construídas sobre o país produziram mitos como o da cordialidade e mesmo da miscigenação, como atributos do brasileiro, como tentativas para elaborar esse momento da vida nacional, ou seja, objetivando elaborar o aspecto da extrema violência presente na prática escravocrata e na desigualdade social, presente nos dias atuais.. Assim o expurgado na leitura sobre a escravidão no país diz respeito tanto a violência presente nas relações sociais quanto, a forma de apropriação do princípio da igualdade.

O mito da cordialidade brasileira se associa a possível capacidade do brasileiro em suportar a diferença e driblar o preconceito. Por um lado, apesar do discurso sobre o brasileiro como homem cordial e da criação do mito das três raças que procura responder a nossa miscigenação constitutiva, a discriminação, seja ela étnica, social, ou econômica, floresce a olhos vistos em nosso país. Por outro lado, mesmo o discurso sobre o brasileiro como um homem cordial e avesso à discriminação, não encontrando correspondência na prática cotidiana da maioria das pessoas, ele permanece no imaginário coletivo e continua a servir de referência a representação identitária construída sobre os brasileiros e pelos brasileiros.

O sintoma social no Brasil

Supomos o lugar de recalque atribuído a violência na construção das narrativas nacionais e na construção da representação identitária do brasileiro. Acreditamos que o recalque produzido pela história oficial acerca da violência, redundou na produção de

⁴ Faoro (1976) adota o conceito de patrimonialismo, apontando sua existência na sociedade portuguesa e sua “transposição” à sociedade brasileira, na colonização. Segundo o autor, na época das grandes navegações, o quadro sócio histórico e econômico encontrado em Portugal era regido pelo patrimonialismo e pelo estamento, com as conseqüências derivadas dessa situação, ou seja, com o prevaletimento de uma economia mercantil; de um Estado centralizado e centralizador, voltado à associação entre interesses pessoais e públicos. Adotamos a tese defendida por Faoro de que as raízes portuguesas encontram-se entranhadas na constituição social e econômica brasileira, porém, relevamos as injunções posteriores e particulares do desenvolvimento brasileiro, injunções que diferenciaram o nosso cenário.

modelos identificatórios associados a cordialidade e da construção do mito do brasileiro cordial. O discurso sobre o brasileiro como homem cordial permanece na cultura nacional, apesar da discriminação, seja ela étnica, social, ou econômica, e da violência permanecerem na prática cotidiana da maioria das pessoas. A violência é uma prática recorrente na história brasileira e seu exercício marcou as relações sociais no Brasil Colônia, atravessou a República e manteve-se na atualidade. As práticas de violência e de discriminação sobre o índio, o negro e sobre o trabalhador livre, bem como, sobre o par amoroso, nas quais deseja-se a dominação sobre o corpo do outro, estão presentes em nossa vida social e cultural. A violência não diz respeito, necessariamente, a presença do poder nas relações sociais ou eróticas de um grupo sobre o outro ou de um parceiro sobre o outro, mas, envolve a instrumentalização da relação efetuada através da coisificação do outro e do seu não reconhecimento como diferente, porém, dotado de direitos iguais.

Dessa forma, podemos acompanhar a crescente disseminação de pesquisas e debates nas mais diversas áreas do conhecimento, envolvendo as obras *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1983, 1994). A capacidade do autor em realizar leituras da organização social e econômica articuladas às práticas sociais oferece solo à compreensão das representações elaboradas sobre o brasileiro e sobre o Brasil, como as leituras do homem cordial e do país como utopia do europeu. Entretanto, importante salientar que as suas análises não remetem a leituras sobre o caráter do brasileiro ou sobre a definição do país, que estabelecem o pressuposto de uma identidade fixa, definida *a priori* e que unificaria e representaria o país e seu povo. O conceito de cordial utilizado pelo autor refere-se ao homem atravessado pelos afetos e distanciado da impessoalidade como marca subjetiva necessária à implantação das propostas universais preconizadas pela ordem moderna. Ainda, as suas leituras baseiam-se em pressupostos do social como dinâmico e problematizam a possibilidade de uma possível “brasilidade”, pois, para o autor, a crescente urbanização do país e as inevitáveis mudanças sociais e econômicas implicariam na mudança do modelo patriarcal que sustentava a cordialidade.

Em outras palavras, ocorreu a apropriação e popularização do conceito do homem cordial sendo produzido o mito da cordialidade que traduz o pretense caráter do brasileiro como gentil, passivo e simpático. Ora, essa perspectiva expressa as linhas de força que atravessam a apropriação desse conceito revelando a demanda presente na sociedade

nacional por essa representação. Como sabemos, as perguntas pela origem e pela identidade são questionamentos do homem, explicitando o impossível da unidade e da essência e revelando a subjetividade cindida. Entretanto, justamente em decorrência de estarem presentes no psiquismo e de mobilizarem o homem essas perguntas e suas respostas, traduzidas como discursos fundadores, mitos de origem, descrições identitárias, dentre outras, merecem ser investigadas e questionadas.

Neste momento, gostaríamos de salientar que nosso interesse com esta discussão, não diz respeito a demarcação de algumas características psicológicas consideradas nacionais, afirmando a essência da identidade. Nada mais avesso aos nossos propósitos. Ressaltamos que nossa questão, não é saber se o brasileiro é mais ou menos triste ou alegre, agressivo ou pacífico, mas sim, a função exercida pela constituição e disseminação de um determinado modelo identificatório, que produz subjetividades pautadas por mitos fundadores e por narrativas que idealizam determinadas personagens e situações, concomitante ao recalque e a exclusão de outras personagens e situações.

Interessa-nos problematizar as conseqüências da concepção de que o modo de subjetivação presente no Brasil encontra-se ancorado em discursos fundadores, que apregoam a existência de um mito de origem como o da cordialidade, produtor de representações identitárias a ele associadas. Nessa perspectiva, inicialmente supomos que os significados atribuídos aos acontecimentos e situações vivenciados pelos brasileiros, não se confinam à interpretações oficiais pois, essa versão corresponde a uma única leitura construída sobre a história do Brasil. Ainda, a versão predominante sobre a história e a memória nacional, é elaborada por determinados grupos vinculados ao poder sendo essa elaboração articulada a partir da escrita, da literatura e da historiografia. Entretanto, acreditamos que a subjetividade também se constrói a partir do cotidiano das pessoas, das experiências reconstruídas nas histórias orais, e, nesse caso, diríamos que os “anti-heróis”, os “derrotados”, os “excluídos”, também são mentores da memória nacional e, como tal, mentores da identidade nacional.

Num primeiro momento, nossa tendência é relevar que ocorre no país a produção de subjetividades capturadas pelo discurso do mito de origem e, isto ocorrendo, supomos a resposta positiva a injunção do dever ‘ser uma identidade calcada na origem’. Entretanto,

como discutimos anteriormente, ao acompanharmos o fazer-se da nação Brasil, a partir da história dos excluídos, observamos a existência de manifestações, revoltas e personagens “esquecidas” pela historiografia e pela memória oficial. Ainda, observamos a construção de sentidos que negaram outros possíveis, estabelecendo como verdade uma única leitura de fatos e acontecimentos. Dessa forma, existiram e existem sinais que abalam a imagem calcada nos mitos da cordialidade e das personagens e situações idealizadas. Podemos inferir das manifestações, ações e revoltas, presentes em nossa história, tentativas de ação sobre a realidade, com objetivos de mudá-la. Entretanto, a história oficial ao interpretar tais atitudes como destrutivas denegri essa forma de expressão, concomitante a valorização de aspectos passivos, criando a dificuldade de valorização dessas ações.

Algumas discussões

Um dos maiores entraves à utilização das narrativas associadas aos mitos entendidos como personagens heróicos e mesmo a situações idealizadas, diz respeito ao fato do mito não admitir questionamentos. Ele é da ordem do atemporal, encontra-se inscrito fora do tempo e, portanto, fora da história dos homens. Acreditamos na perspectiva de que a história humana se orienta pelo tempo, independente das diferentes concepções e vetores a ele atribuídos. Ao supormos as cenas e os personagens narrados como mitos associados a subjetividade nacional, cristaliza-se o tempo através do privilégio ao passado em detrimento do presente. Ainda, se estabelece um único sentido para a existência dos brasileiros e para a identidade por eles construída, sobre a nação e sobre si-mesmos. Nessa perspectiva, inviabiliza-se, em grande medida, a possibilidade de questionamento ao conteúdo das cenas e dos personagens retratados como presidindo a constituição da nação e dos brasileiros.

Como vemos, a versão oficial da história nacional promove a aquiescência implícita a manutenção do mito. Ao oferecer um único vetor aos acontecimentos nacionais, confirma-se a estrutura mítica, reiterando-se a direção temporal que preside essa estrutura. Dessa forma, por partir de uma específica e única leitura da história brasileira, conferindo-lhe o estatuto de origem, análises orientadas pelo mito fundante não relevam as especificidades das diferentes inserções sócio-econômicas, produzidas com o fazer-se do

país. A nosso ver, a redução do enquadre sócio-histórico produz problemas na análise efetuada sobre as subjetividades no país, por adotarem a concepção sobre a memória e a história do Brasil, a partir do referencial oficial.

Em outras palavras a “ordem e o progresso” caminham aliados ao sentido imprimido a idéia da linearidade como preceptora do tempo histórico, transcorrido sem rugas e rupturas. Ainda, caminham aliados aos feitos de homens iluminados, verdadeiros heróis, que estabelecem grandes feitos. Os que vêm deturpar essa organização, segundo a interpretação elitista, estabelecem o caos e a desordem, pois quebram com a idéia da linearidade ao tentarem estabelecer novos sentidos as experiências e ao tempo humano.

Entretanto, é necessário ressaltar que se contrapondo a leituras que tentam impor-se como únicas e verdadeiras, negando o fazer e o existir da maioria da população, encontramos na historiografia vários trabalhos preocupados em oferecer outros significados aos acontecimentos e situações nacionais e em relevar aspectos “oficialmente esquecidos”⁵.

A tese de mitos presidindo a constituição da nação e dos processos de subjetivação nela postos a trabalhar, também apresenta conseqüências no plano da interpretação da história dessa mesma nação. Uma dessas conseqüências explicita-se na necessidade de comprovação do significado original atribuído ao mito, caso contrário, corre-se o risco de invalidá-lo. Assim, outros sentidos deixam de ser atribuídos a antigos e novos acontecimentos, construindo-se uma única memória petrificada que rechaça e nega o fazer-se da nação e dos brasileiros, como processo cotidiano e contínuo, produtor de vários e múltiplos sentidos.

A existência de mitos fundadores na história da humanidade funciona como tentativa de encontrar uma unidade, uma única origem para o humano nos seus diferentes aspectos, estabelecendo um efeito de homogeneização à condição humana. Esse efeito busca estabelecer totalidades e negar diferenças aplacando, assim, a angústia gerada pelo contato e reconhecimento das diferenças. Em outras palavras, nos avatares da sua constituição psíquica, o ser humano necessita se diferenciar do mundo externo, constituindo seu eu. Assim, ocorre a permanência desse sentimento na construção de mitos, pois, eles

⁵ Podemos exemplificar com os estudos de DeDecca (1981); Sader (1988); Maronni (1982); Sevcenko (1984); Morel (1979).

funcionam como narrativas sobre a origem e o funcionamento da vida humana com a perspectiva de integrá-lo a uma ordem universal. Nessa proposição acreditamos que os mitos estiveram e estão presentes no imaginário cultural das sociedades. Entretanto, o trabalho de reconhecer a presença dos mitos nas narrativas associadas a constituição das subjetividades e a construção das histórias nacionais, implica em relevar esse aspecto, concomitante ao trabalho de exercício da crítica a esses modelos identificatórios. Discutir essas questões, analisar e desmistificar os mitos fundadores pode contribuir para a elaboração de narrativas originais descortinando novos sentidos para as representações identitárias profundamente enraizadas na vida nacional.

Bibliografia.

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1986.
- _____. *História da filosofia* – v. VII. Lisboa: Presença, 1982.
- BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade* – a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar* - a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURDEAU, G., (s.d.). *O liberalismo*. Portugal: Publicações Europa-América.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio, 1985.
- DE DECCA, E. *1930 - O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1976.
- FREIRE COSTA, J. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- _____. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

- FREUD, S. *Duelo y melancolia*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973a.
- _____ *El siniestro*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973b.
- _____ *Lo inconsciente*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973c.
- _____ *História del movimiento psicoanalítico*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973d.
- _____ *El malestar en la cultura*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973e.
- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- _____ *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LASCH, C. *O mínimo eu –sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LE GOFF, J. *Memória e história*: Editora Unicamp, 1996.
- LE GOFF, J. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar Editores, 1995.
- MARONNI, A. *A estratégia da recusa - análise das greves de maio de 1978*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOREL, E. *A revolta da chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- ORLANDI, E. P.(org.) *Discurso fundador - a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas - São Paulo: Pontes, 1993.
- REVISTA USP - Dossiê Canudos. S.P. Dez. /Jan./ Fev., 1993,1994.
- REVISTA USP - Dossiê 100 anos de República. S.P.: Set./ Out./ Nov., 1989.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo - 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988.
- SEVCENCHO, N. *A revolta da vacina*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- SOUZA, M. *A experiência da lei e a lei da experiência: ensaios sobre práticas sociais e subjetividades no Brasil* São Paulo e Rio de Janeiro: Fapesp e Revan, 1999.
- VAINFAS, R. *História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.